

ETNOARQUEOLOGIA DA PERSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA CHARRUA: APRESENTAÇÃO E HIPÓTESES INICIAIS

JEFFERSON FOSTER DA SILVA¹; RAFAEL GUEDES MILHEIRA²;

¹*Jefferso Foster da Silva – foster.dasiilva@gmail.com*

²*Rafael Guedes Milheira – milheirarafael@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresento minha pesquisa de mestrado: uma *Etnoarqueologia da Persistência e Resistência do povo Charrua*, originário da ecorregião do Pampa (disposta entre a atual metade sul do Rio Grande do Sul, Uruguai e nordeste argentino). Considerando o caráter inicial da investigação, exponho aqui objetivos, pressupostos, referenciais fundamentais e hipóteses preliminares, apoiando-me em conhecimentos já publicados (FOSTER DA SILVA, 2025) e sua interlocução com dados inéditos advindos de comunicações pessoais e experiências recentes em contextos comunitários¹.

De antemão, importa salientar que esta investigação constitui, simultaneamente, um movimento político, ético e epistemológico: envolve autorreflexão individual e coletiva e atuação militante na produção de conhecimentos a partir da perspectiva charrua, pondo-a em diálogo ontológico-epistemológico com o mundo e com referenciais acadêmico-ocidentais. Minha finalidade primeira é produzir conhecimentos que atendam às necessidades e reivindicações do meu povo; em segundo lugar, dialogar com demandas de grupos sociais e instituições não-charrua, inclusive a comunidade acadêmica nacional e internacional, sempre de modo condicionado ao benefício prioritário das nossas famílias e comunidades.

A pesquisa tem sido conduzida em estreito diálogo com duas comunidades com as quais mantendo vínculos pessoais, familiares e comunitários: o *Clã Gubaitase*, cujas famílias, em parte, residem no Departamento de Paysandú, Uruguai; e a *Comunidade Charrua de Uruguaiana*, situada no município de Uruguaiana, oeste do Rio Grande do Sul (Brasil)². Apesar de constituídas em contextos e de formas distintas, ambas compartilham características que, de modo

¹ Mantenho contato diário com pessoas, famílias e comunidades charrua por meio de chamadas e redes sociais. Não obstante, sempre que possível, também as encontro pessoalmente, tendo feito isso, no último semestre, em pelos menos duas ocasiões distintas. Através dessas interlocuções, mantenho-me informado sobre os contextos e reivindicações do meu povo no extremo sul do Brasil, Uruguai e Argentina, o que orienta não apenas a direção da minha investigação mas também outras ações e auxílios voltados ao benefício dos processos de reorganização social, ao acesso a direitos e ao fortalecimento comunitário e intercomunitário.

²O Clã Gubaitase reconheceu-me como *inchalá* (“irmão”) e parte da *pen* (“família”), transmitindo saberes que, somados à minha trajetória pessoal, familiar e profissional e às demandas que ultrapassam os limites comunitários e alcançam, inclusive, outros povos com os quais mantemos antigos laços de parentesco, foram abordados no meu Trabalho de Conclusão de Curso (Foster da Silva, 2025). A Comunidade Charrua de Uruguaiana, por sua vez, não apenas me concedeu o mesmo acolhimento, mas elegeu-me “porta-voz”: responsável, quando e sempre que solicitado pelas instâncias comunitárias, por atuar na sistematização e divulgação de conhecimentos sobre a cultura e a história charrua; apoiar processos de revitalização cultural; mediar comunicações externas; preparar e encaminhar documentos formais; representar a comunidade em reuniões e procedimentos institucionais; articular parcerias e apoios técnicos e jurídicos; dentre outras atribuições.

geral, atravessam a vida da maioria das nossas famílias: negligência ou omissão estatal expressa na negação ou precarização do acesso a direitos previstos nas legislações indigenistas nacional e internacional; invisibilidades, vulnerabilidades e violências inscritas nas memórias e trajetórias pessoais e coletivas; interesse e dificuldade de acesso a informações sobre nossa história, cultura e ancestralidade; e, em síntese, esforços de organização, reorganização e fortalecimento comunitário e intercomunitário.

Neste contexto, ao dialogar com parentes e revisar o estado da arte sobre o meu povo, deparei-me com a suposta neutralidade, ou melhor, a “*unilateralidade*”, da Arqueologia diante das nossas condições: posicionamentos que reforçam as ordens e poderes vigentes através do questionamento, negação ou relativização das nossas identidades, reivindicações e continuidade histórica (FOSTER DA SILVA, 2025). Diante desse quadro, decidi centrar a atenção em objetos, fenômenos e processos que possam ser articulados sob as categorias da “*Persistência*” (PANICH et al., 2018) e “*Resistência*” (FERREIRA, 2007): a primeira referindo-se a processos intencionais de articulação e rearticulação de práticas culturais e identitárias frente a novas realidades sociais, políticas e econômicas; a segunda, às formas intencionais de oposição à dominação, opressão e repressão inscritas na colonização, no colonialismo e suas continuidades.

2. METODOLOGIA

Tratando-se de uma pesquisa etnoarqueológica (OLIVEIRA, 2012), persistência e resistência são investigadas a partir de múltiplas frentes complementares: 1) revisões bibliográficas e análises documentais, empregadas para construir compreensões gerais e específicas das dinâmicas e influências históricas que produziram o nosso presente precário e suas múltiplas nuances; 2) as “*materialidades/ materializações*” das nossas práticas e relações sociais pretéritas e atuais, aqui entendidos como fontes que possibilitam acessar, de modos privilegiados, os fenômenos investigados; 3) as narrativas, memórias, conhecimentos, práticas e condições socioeconômicas dos núcleos familiares e comunitários, registrados via observação direta e procedimentos etnográficos variados, tais como entrevistas, elaboração de diagramas de parentesco, aplicação de questionários e planilhas para dados quantitativos, registros audiovisuais, entre outros.

Não menos importante é o conceito de “*Inambí Charrua*”, elaborado a fim de reunir, organizar, tornar minimamente compreensíveis e operacionalizáveis, isto é, em termos acadêmicos, nossas formas de experienciar e viver o/no mundo e o que delas resulta (FOSTER DA SILVA, 2025): o/a “*Inambí*” (com inicial maiúscula) abrange uma multiplicidade de “*inambí*” (com inicial minúscula), enquanto formas particulares de *ser/viver/experienciar como charrua*, partilhadas em contextos familiares, comunitários ou intercomunitários.

Nesse sentido, em termos teórico-metodológicos, a investigação busca submeter a Arqueologia, enquanto disciplina e campo científico, a Etnoarqueologia (seu subcampo) e a Etnografia (como conjunto de métodos e técnicas) (OLIVEIRA, 2012) ao/a *Inambí Charrua*. Esse gesto epistemológico, cabe dizer, foi herdado de propostas anteriores (FOSTER DA SILVA, 2025) que culminaram no que chamei de “*Arqueologia Charrua*”: uma abordagem que busca orientar, respeitar e priorizar reivindicações, princípios e existências próprias ao meu povo. Tal redirecionamento implica que elementos constitutivos do nosso universo, por exemplo, os espíritos dos ancestrais, as dimensões espirituais e mágicas (*holl*) das “*materialidades*” e a

própria sacralidade da Pampa, sejam reconhecidos e possam orientar escolhas metodológicas, impor restrições, e atuar de modo decisivo, e constante, na construção do conhecimento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Meu povo, apesar de comportar ampla diversidade cultural, reivindica coletivamente uma ancestralidade específica que, segundo os conhecimentos tradicionais e acadêmicos (FOSTER DA SILVA, 2025), remonta à ocupação original da ecorregião do Pampa e permaneceu relativamente circunscrita à ela.

Nos primeiros séculos do “contato”, nossas práticas culturais, sociais e identitárias passaram por profundas transformações (BECKER, 2002). Neste contexto, as que nos asseguravam relativa autonomia política, social e econômica logo foram vistas como entraves à ocupação, exploração e controle territorial (BECKER, 2002). Em razão disso, na metade do século XIX, políticas e práticas de opressão, repressão e etnocídio foram intensificadas por parte dos agentes coloniais e, posteriormente, nacionais, visando inviabilizar nossa capacidade de organização, ação e reação coletiva (FOSTER DA SILVA, 2025). Nesse contexto, para manter-se vivo, meu povo foi forçado a novas e radicais transformações (BECKER, 2002; FOSTER DA SILVA, 2025): famílias extensas foram fragmentadas; diásporas territoriais e integrações em sociedades externas, tanto forçadas quanto elegidas, foram intensificadas; por fim, foram restrinvidas, tanto fora quanto, em muitos casos, dentro do âmbito familiar, boa parte das nossas manifestações culturais e identitárias.

Assim, resistimos silenciosa e silenciadamente em contextos urbanos e rurais até a década de 1980, quando, primeiramente no Uruguai, surgiram condições mínimas que subsidiaram nossa reorganização e visibilização comunitária. Desde então, nos três países que integram a Pampa, emergiram inúmeras comunidades que, apesar da diversidade, enfrentam mazelas sociais relativamente análogas, ainda que manifestadas em formas e intensidades distintas.

Dito isso, no atual estágio da investigação, as hipóteses, ainda carentes de comprovações empíricas suficientes, apontam para três ideias centrais: 1) desde o período colonial, a persistência e resistência charrua frequentemente se sobrepujaram na medida em que os processos de articulação e rearticulação social e cultural constituíram, e continuam a constituir, respostas à necessidade de manutenção da autonomia e sobrevivência física, política e cultural diante de contínuos processos de negociação, dominação, opressão, repressão e apagamento, culminando, inclusive, em manifestações materiais que documentam e atravessam tais fenômenos e nossa história recente (FOSTER DA SILVA, 2025); 2) na atualidade, poderá ser constatado que existem inúmeras formas coletivas de reivindicar e praticar a identidade e cultura charrua. As particularidades, todavia, portam elementos estruturais comuns, tais como: a) a presença, consciente ou não, de múltiplos aportes culturais de outros povos resultantes de vínculos históricos distintos, que, em certos casos, remetem ao período anterior à colonização; b) o interesse e dificuldade de acesso a informações sobre a nossa própria história, cultura e ancestralidade; c) a marginalização, a invisibilidade étnica e a vulnerabilidade social; d) a construção e/ou manutenção de redes familiares, comunitárias e intercomunitárias, às vezes em vastos recortes geográficos, inclusive transfronteiriços, como meios de assegurar a persistência, resistência e sobrevivência coletiva; 3) as materialidades charrua, tanto as antigas, acessadas direta e indiretamente, quanto as produzidas e em circulação na

contemporaneidade, desempenham papel central na construção, manutenção e transformação de identidades, narrativas, memórias e práticas culturais e sociais em âmbitos familiares, comunitários e intercomunitários.

4. CONCLUSÕES

Embora ainda preliminares, as hipóteses apresentadas apontam que a persistência e a resistência charrua estão, de forma geral, historicamente orientadas para a manutenção da autonomia e da sobrevivência física e cultural, em oposição às nocividades da colonização e colonialismo. Esse conjunto de processos envolve a (re)articulação identitária e social, a transformação de práticas culturais e, no presente, o enfrentamento político da invisibilidade étnica e das múltiplas negligências institucionais, inclusive, através da atuação e produção intelectual e acadêmica. Tais processos se expressam, e se materializam, de modos distintos (FOSTER DA SILVA, 2025); por isso, o estudo das materialidades, articulado a procedimentos etnográficos e à revisão bibliográfica e documental, é fundamental para apreender minimamente sua complexidade e diversidade, em certos casos, pouco aparente.

Por fim, também destaco a urgência de uma postura político-epistemológica e ética por parte dos acadêmicos: deve ser pressuposto que pesquisas *sobre* ou *com* povos indígenas devem respeitar e priorizar identidades, experiências e modos de existência que lhes são próprios, reafirmando e fortalecendo sua continuidade ao pautar-se em reivindicações e necessidades por eles elencadas, cabe destacar, em seus próprios termos, meios e medidas. Sem a busca da promoção de benefícios diretos para os povos e comunidades, a produção científica tende a manter sua unilateralidade, repercutindo formas contemporâneas de colonialismo e extrativismo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, I. I. B. **Os índios Charrua e Minuano na antiga Banda Oriental do Uruguai**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- FERREIRA, A.C. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FOSTER DA SILVA, J. **Nós e nossos avós somos terra, não “objetos”: manifesto autobiográfico para uma Arqueologia Charrua**. 2025. 285f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- DE OLIVEIRA, J. E. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, 2012, 27-48.
- PANICH, L.M.; ALLEN, R.; GALVÁN, A. The archaeology of Native American persistence at Mission San José. **Journal of California and Great Basin Anthropology**, v.38, n.1, p.11-29, 2018.